

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Livia Coelho da Silva

O processo de escolarização das crianças negras no século XIX

**Juiz de Fora
2023**

Lívia Coelho da Silva

O processo de escolarização das crianças negras no século XIX

Pesquisa apresentado como trabalho final da
disciplina EDU 193 - Tcc do curso de
pedagogia da Universidade Federal de Juiz de
Fora
Prof. Maria Zélia

Juiz de Fora

2023

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como é a educação das crianças afro-brasileiras no Brasil no século XIX e como se dava este processo da escolarização. Portanto, pesquisar como era a educação das crianças negras, principalmente, em um país que no momento estava em vigor as plantações de café, logo se preocupa em qualificar a mão de obra também. Outra abordagem desta pesquisa é como a escolarização das crianças negras era defasada mesmo com a lei do Ventre Livre.

Como também, nesta pesquisa investiga a presença de professores pretos que já lutavam pelo direito à educação destas crianças e como eram símbolos de resistência e de esperança, principalmente para os pais desses aprendizes.

Outro ponto problematizado é como toda essa precarização na escolarização das crianças negras, como impactam nos dias atuais e como esse dualismo ainda está presente, já que a maioria das crianças que usufruem da escola pública são crianças negras.

Portanto, a pesquisa tem o intuito de expor como a educação é sinônimo de resistência, perseverança e *esperançar* para a comunidade preta por dias melhores.

Palavras-chave: escolarização das crianças negras; ingênuos, Lei do Ventre Livre, professores pretos.

ABSTRACT

This research aims to investigate the education of Afro-Brazilian children in 19th-century Brazil and how the process of schooling took place. Therefore, it explores how the education of Black children, particularly in a country where coffee plantations were prevalent and there was a focus on qualifying the workforce, unfolded. Another focus of this research is to examine the lag in the education of Black children, even in the presence of the Free Womb Law.

Additionally, this study explores the presence of Black teachers who were already advocating for the education rights of these children and how they became symbols of resistance and hope, especially for the parents of these learners. Another issue addressed is how the overall lack of resources in the education of Black children in the past impacts the present day, and how this dualism persists, considering that the majority of children in public schools are Black.

Therefore, the research aims to highlight how education is synonymous with resistance, perseverance, and hope for the Black community for better days.

Keywords: education of Black children; Free Womb Law; Black teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA	8
METODOLOGIA	11
REFERENCIAL TEÓRICO	12
CAPÍTULO 1	13
1.1 Constituição da cor	13
1.2 Criança escravizada e criança nascida do Ventre Livre	17
1.2.1 Lei do Ventre Livre (1871)	19
1.2.2 A Insuficiência da Lei Ventre Livre	21
CAPÍTULO 2	22
2.1 Experiências das crianças pardas e pretas no processo de escolarização	22
2.2 Professores negros	24
2.3 Presença de crianças pretas e pardas nos asilos	27
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem-se como foco investigar o processo de escolarização das crianças negras no século XIX e de que forma ocorreu a educação desse grupo social. Deve-se deixar em evidência que as crianças negras sofriam diversos tipos de violência: escravidão, discriminação, exclusão entre outras. Portanto, pesquisar sobre a educação das crianças pretas neste período, relaciona com a formação socioeconômica brasileira.

Assim como Portela (2016, p.7) cita:

O preconceito racial e a invisibilidade dessas crianças se nota pela pouca presença delas nas escolas e instituições assistenciais registradas pelas estatísticas governamentais, indicando que o segmento da infância, a geração de crianças negras livre, ainda se submetia ao jugo da escravidão. O estudo traz a memória dos tempos em que a criança era pouco considerada e a negra mais ainda em contextos em que a mais valia e a disputa pelo poder predominavam como valores para alavancar ações sobre os homens. (Portela, 2016, p.7)

Neste estudo também será considerado as leis que tratam sobre a educação de crianças negras no período em exame. Como, a Lei Geral do Ensino de 1827, Reforma do Ensino Primário e Secundário da Corte Imperial e a Reforma Leôncio de Carvalho.

Logo, a partir de pesquisa bibliográfica, documentos e a legislação supramencionada, foi possível uma investigação de como se desenvolveu o processo de escolarização dessas crianças que foram tão negligenciadas.

Portanto, como supracitado, é necessário realizar esse estudo, para que fique em evidência como desde o século XIX as crianças negras sofreram e sofrem com a falta de oportunidade e como isto impacta na atualidade. Neste sentido, esta problemática educacional possibilitou a emergência atuando ao lado de uma escola para pobres, que em sua maioria são crianças pretas de caráter assistencialista e escola para a elite que são em sua maioria crianças brancas. Logo, um dualismo no campo da educação: escola para uns e para “outros”.

Assim, a partir dessa dualidade educacional presente nos dias atuais, dialogo muito com as minhas próprias vivências, pois, como mulher negra que tive a oportunidade de estudar em uma escola particular, em que infelizmente eram poucos alunos e alunas pretos e pretas presente na minha sala, diferentemente, de muitas pessoas negras no Brasil, já que a maioria estudam ou estudaram em escolas públicas e do campo e especificamente periféricas e majoritariamente em uma sala de aula em sua maioria são estudantes pretos.

A partir desse cenário, ou seja, dessa desigualdade educacional histórica, foi necessário elaborar as políticas de cotas, medidas de reparação histórica para que pessoas

pretas e pardas tenham mais acesso, oportunidades e ocupar os seus espaços por direito, no qual, é cursar o ensino superior. Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como se deu o processo de escolarização das crianças negras.

Recorte histórico do século XIX até, foi eleito para a investigação, por ter sido um século decisivo historicamente para as crianças pretas em função da Lei do Ventre Livre .

JUSTIFICATIVA

Foram muitas as motivações do porquê discutir sobre a educação de crianças negras especificamente do século XIX. Em primeiro lugar foi a escolha de retratar sobre educação das crianças negras se baseia na minha curiosidade de entender melhor essa distância que ainda está presente nos dias atuais entre a educação das crianças de elite que estão presente na escolas particulares e que majoritariamente são alunos brancos e em contrapartida, encontra-se a escola pública que é voltada para a classe trabalhadora e que este coletivo é em sua maioria pretos.

Dessa forma, é perceptível uma desigualdade educacional, já que, a classe que está predominantemente presente nas universidades, são as pessoas da classe dominante, portanto, existe uma discriminação racial e desigualdade educacional que impacta e interfere diretamente na ascensão das pessoas pretas.

Exemplo direto são as cotas raciais, que são ações afirmativas que tem o intuito de diminuir desigualdades econômicas sociais e principalmente educacionais, direcionadas para pessoas pretas, pardas e indígenas. Foi a partir de muitas reivindicações dos movimentos negros, como por exemplo, Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 em São Paulo, chegou a lançar um projeto político do povo negro, que tinha como objetivo reivindicar e afirmar os seus direitos históricos e assim alcançar e ascender socialmente. Todavia, as cotas só foram conquistadas em 2012 pela lei nº 12.711 depois de muita luta.

Agora o porquê de ser especificamente no século XIX? Porque esta dualidade que está presente nos dias atuais teve início no século XIX, já que as crianças escravizadas não tinham acesso a educação, pois eram impedidas legalmente de frequentarem a escola como as crianças brancas, como também, as crianças negras que acessaram as escolas não permaneciam, por conta da inserção precoce no mercado de trabalho. Além de ser o século em que promulgou a lei de 1871, Lei do Ventre Livre, que foi uma lei marcante no processo de escolarização das crianças pretas, no qual, os pequenos que foram beneficiados pela lei, poderiam frequentar as escolas, no entanto, muitas eram privadas deste direito.

Cynthia Greive Veiga disserta em seu artigo “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial” que:

Dessa maneira, era restrito o número de pessoas das classes pobres que tinham acesso e/ou permaneciam nas escolas públicas, pelos mais diferentes motivos, mas principalmente pela sua inserção precoce no mercado de trabalho. Também a presença de negros na escola era bastante limitada, não somente por pertencerem à

camada mais pobre da população, mas também em virtude da conhecida questão das diferenças de oportunidades escolares entre brancos, pardos e negros (Veiga, p.1, 2008)

Outro ponto importante do porquê investigar sobre como foi o processo de escolarização das crianças negras ao longo do século XIX, assim enfatizando o apagamento da história sobre essas infâncias, logo, percebe-se a pouca visibilidade das pessoas negras no Brasil que permeia até o presente momento.

Outro ponto que provocou o interesse neste tema foi que essas instituições tinham um objetivo exclusivamente o intuito de civilizar e formar força de trabalho ainda pautada nos ofícios artesanais (pedreiro, carpinteiro, alfaiate, marceneiro etc..), como também estas escolas apresentam uma infraestrutura e condições bem precárias para atender as crianças. Logo, fica evidente que realmente a experiência de discriminação étnica e racial presente nas salas de aula é de um processo que está presente há muitos anos.

Assim, essas crianças infelizmente não se sentiam incluídas e pertencentes ao ambiente escolar, como exposto na carta em que o professor Pretextato fez ao Sr. Conselheiro de Estado, Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte no livro de Adriana Maria de Paula da Silva (2000, p.126):

Diz Pretextato dos Passos e Silva, que tendo sido convocado por diferentes pais de famílias para que o suplicante abrisse em sua casa uma pequena escola de instrução primária, admitindo seus filho da cor preta e parda; visto que em algumas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombriem com os da cor preta, e bastante se extimulhão; por esta causa os professores repugnam admitir os meninos pretos, e alguns destes que admitem, na aula não são bem acolhidos; e por isso não recebem um ampla instrução, por este ser também preto (Silva, 2000, p.126).

Logo, uma escola particular para as crianças pretas e pardas foi necessário que elas tivessem vivências significativas e de apropriar do conhecimento, filosófico, científico e cultural.

Dessa maneira, confirmando o que foi dito anteriormente, Cynthia Greive Veiga (2008, p.3) cita no artigo “Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial” que, “Dessa maneira, é possível também verificar que a experiência da vivência da discriminação étnica e racial nas salas de aulas possui uma significativa longevidade histórica, não é recente e vem-se acumulando há quase duzentos anos.”

Neste contexto, como uma das minhas maiores motivações para que eu abordasse esse tema na minha pesquisa foi sobre a importancia de uma educação antirracista. Pois, a

discriminação e racismo está no nosso cotidiano até no momento presente por conta da falta de uma educação direcionada e que se importasse com essa causa. Logo, percebe-se que no século XIX até a atualidade existe uma manipulação e desvantagem, já que há essa manipulação do conhecimento, apagando a cultura, etnia, ancestralidade desse povo.

Como cita no artigo Joelson Alves Onofre “Repensando a questão curricular: Caminho para uma educação anti-racista” que:

Uma educação anti-racista prima pelo respeito à diferença, à diversidade. Ela não pode isentar-se do compromisso com os mais necessitados e fragilizados por um sistema desumano e preconceituoso. Educar, respeitando as diferenças, requer mais do que o cumprimento das obrigações curriculares, exige uma postura ética e valorativa diante da cultura dos afro-descendentes, que continuam sofrendo discriminações os espaços escolares. (Onofre, p.104, 2008)

Com isso mencionado, para que seja realizado um trabalho educacional de forma anti-racista, é necessário conhecer a história e seus processos, do quanto este povo lutou e ainda luta por oportunidades não superiores, mas sim, igualitárias. Na seção seguinte será abordado a metodologia que utilizei para realizar a pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa bibliográfica foi baseada a partir de buscas em sites para fundamentar a pesquisa de natureza histórica. Não busco responder questões, mas sim levantar reflexões e expor uma parte da história que foi apagada e negada, foi fundamental essa investigação para o aprofundamento nesta pesquisa.

Para me enraizar neste tema que me instiga tanto procurei artigos, textos e livros nos seguintes sites: Google acadêmico, Capes, hemeroteca, como também, filmes e música. Nestes sites, como ponto de partida usei palavras chaves para facilitar minha pesquisa, como escolarização das crianças negras, educação no século XIX para crianças negras, ingênuos e etc.

A partir dessas pesquisas constatei que, o processo de escolarização das crianças pretas no Brasil no século XIX foi caracterizado por muita luta e principalmente de resistência tanto por parte dos pais e dos alunos, como também por parte dos professores, em que devo enfatizar que neste período já apresentavam, mesmo em pequena quantidade, professores pretos que lutavam para oferecer uma educação de qualidade para essas crianças. Logo, em um momento de grande discriminação uma pessoa negra letrada e escolarizada era um ato de resistência.

À vista disso, esta pesquisa trouxe grandes reflexões e aprendizados para minha formação. Posto isto, compreendi o quanto é fundamental valorizar uma educação anti-racista, a inclusão de pesquisadores e autores pretos e pardos, levar para a escola filosofias, pesquisas, referências que são produções nacionais, como também, me motivou para entender a minha história e de minha família como mulher preta filha de pais pretos, compreender de fato do porquê minha avós e tias avós foram privadas de estudar e completar seus estudos, foi fundamental estudar refletir sobre essa temática para que eu passe para os meus alunos, principalmente, aqueles que forem pretos o quanto o nosso povo lutou pela educação e o quanto ela é símbolo de resistência e coragem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Delineada a metodologia, selecionei o referencial teórico do campo da história da educação com o interesse no processo de escolarização das crianças negras XIX. Recorri aos seguintes pesquisadores: Cyntia Veiga(2010), Adriana Maria P. da Silva(2009), Daise Rosas da Natividade (2003), Marcos Vinicius da Fonseca (2007), Joelson Alves Onofre (2008), José Flávio Motta (2015), Daniela Fagundes Portela (2016), Maria Zélia Maia de Souza (2013), Alessandra F. Martinez de Schueler (2023), Guilherme Lynch (2018), Sidney Chalhoub (2003), Irene Rizzini (1995) entre outros.

Este estudo está dividido em 2 capítulos. No primeiro capítulo dividido nas seguintes seções: 1.1, 1.2, 1.2.1 e 1.2.2, já no capítulo 2 é dividido em 2.1, 2.2 e 2.3. No primeiro capítulo faz-se um debate sobre a constituição da cor, em seguida, uma comparação da criança escravizada com a criança preta livre, a próxima discussão é sobre a lei do ventre livre de 1871 e por último uma crítica da insuficiência do ventre livre.

No capítulo 2 a discussão é sobre o processo de escolarização das crianças pretas e pardas, a presença de professores pretos nas escolas e por último a presença de crianças pretas e pardas nos asilos. Sendo assim, o primeiro capítulo é mais introdutório e de apresentação de como era a situação das crianças pretas no século XIX, já no segundo capítulo inicia o debate sobre a escolarização das crianças pretas, como também, as crianças pardas.

Em seguida inicia-se a discussão sobre os professores negros daquela época, que resistiam e lutavam pela educação desses indivíduos, como também, nesta seção revela que a representatividade que estes esses professores eram e são até mesmo nos dias contemporâneos e por último esta a seção que discute sobre a presença dos meninos pretos e pardos nos asilos, que eram instituições em que os ingênuos eram deixados por suas mães, já que tinha expectativas que seus filho tivessem oportunidades melhores através da proteção destes asilos.

CAPÍTULO 1

1.1 Constituição da cor

A pigmentação da pele é resultado das trocas genéticas dos pais biológicos do indivíduo e também a exposição ao sol. Porém, a cor no século XIX até nos dias atuais tem impacto em outros espaços como social, política e cultural, no qual, desde muito novos internalizamos o valor social a cor da pele. Segundo de José D' Assunção Barros (2014, p. 52):

A criança negra ou branca, se quisermos permanecer nesta dicotomia, cedo é ensinada a aprender a realidade humana de uma determinada maneira, a dirigir olhar para a percepção da cor e a atribuir um valor social a esta cor (a enxergá-la como distintivo de identidade, e a devotar a ela orgulho, simpatia ou preconceito) (Barros, 2014, p. 52).

A cor está conectada aos comportamentos e a forma de enxergar o mundo, pois é desde criança, que o indivíduo é ensinado a aprender o mundo a partir da sua cor de pele, logo, a cor ganha um valor social, que a partir disso, e direcionando para a sociedade no século XIX, a cor preta tinha valor social inferior e a branca tinha valor social superior. Como debatido na obra “A construção Social da Cor: Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira” de José D' Assunção Barros (Barros, 2014, p. 52), segundo o autor:

Mas seria perfeitamente possível imaginar um mundo em que a diferença de cor abandonasse o plano das relevâncias sociais e deslocasse para o plano das significações individuais. Este deslocamento encontra-se, no limite imaginário, com o fim das chamadas desigualdades raciais. (Barros, 2014, p. 52).

Dessa forma, a pigmentação da pele sempre foi vista com uma diferença como colocado por BLACKBURN (2003: 102; 2003:26 apud Barros, 2014, p.73)” do mundo árabe e mulcumano a associação entre pele negra e escravidão, e nestas regiões a palavra *abd-* isto é, “preto” - chegou a se converter em sinônimo de escravo.” Logo, a cor negra era representada como a cor da escravidão e que a diferença pela cor da pele era como um status.

A palavra *negros*, foi criada por brancos do Ocidente europeu, pois a população do continente africano, não se viam com todos e unicamente “negros”, já que se exergavam como grupos étnicos bem distintos, com costumes, culturas e religiões diferentes. Logo, o branco ignorando essas características sociais, culturais e religiosas assim rotulando e minimizando as diversidades tribais e diminuindo apenas pela tonalidade da pele.

Ao longo do século XIX, surgem outras nomenclaturas para nomear as variedades de tom de pele, como crioulo, homem de pele negra nascido no Brasil e mulato, resultado da mestiçagem de africanos com brancos europeus ou descendentes de europeus, assim, os mulatos eram chamados de outras nomenclaturas também, como, cabra, cabinda, benguela, congo e pardos.

Ser pardo era motivo de ter certo orgulho por se distanciar de certa forma dos negros e da escravidão, porém, não era sinônimo de que teria todos os direitos, que estava imputado de preconceitos e discriminações e que seria tratado como os brancos. Como citado por José D'Assunção de Barros em *A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*:

Ser mulato, no imaginário do escravismo colonial, desenhava-se para as elites coloniais e imperiais como a diferença- ainda que uma diferença que, permitindo uma flexibilidade ao seu portador do que a tinha o indivíduo considerado “negro” - favorecia a que os mestiços circulassem com maior desenvoltura no eixo das desigualdades sociais podendo aspirar a uma cidadania plena. O mulato, ousaremos dizer, introduz aqui uma nova contribuição à dialética entre diferença e desigualdade (Barros, 2014, p. 93).

Logo, pessoas pardas tinham punições e funções diferentes dos negros de pele retinta, assim, dessa forma, iniciou um desespero de pessoas pretas tentando clarear a família como está representado no quadro “A redenção de Cam: O sonho da sua avô” (BLACKBURN, 2003: 102; 2003 apud Barros, 2014, p. 74), como forma de fugir da violência, como também principiou, um conflito entre negros e pardos.

A possibilidade de mestiçagem era ou com brancos pobres ou com os próprios proprietários de terra, neste último, em sua maioria eram frutos de violência sexual. Por conseguinte, com a questão de que os crioulos tinham mais acessos que os negros, iniciou uma rivalidade entre negros e crioulos, porém, os negros viam que “embranquecer” suas gerações seria uma forma de sair da escravidão.

Logo, os mestiços tinham mais flexibilidade, no entanto, deve-se deixar evidente nesta pesquisa, que não é porque os mestiços tinham mais acessos, que não sofriam discriminação, muito pelo contrário, os mestiços também tinham suas dores.

Um dos motivos da preocupação da população branca para com a população preta era o receio de que acontecesse uma rebelião, já que a população negra era em maior quantidade do que a população branca. Como exposto no artigo *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, da autora Irene Rizzini (1995, p.186), cita que:

Analisando o contexto histórico, é relevante o fato de os negros constituírem a maioria da população e isto representar um perigo adicional, "no censo de 1776 na Comarca de Vila Rica em Minas Gerais, 65.939 negros e pardos contra 12.679 brancos" (apud Natividade, Cunha, 2003, p.22).

Posto isso, com a crescente manifestação dos negros contra a escravidão, exemplo disso, foram os quilombos espalhados pelo Brasil, foi necessário os escravistas implementarem algo que poderia fazer com que os negros ficassem um contra o outro, principalmente, contra os pardos.

Atualmente, as pessoas negras de pele clara reivindicam respeito por suas lutas e traumas enquanto pessoas de pele retinta querem o reconhecimento que por serem mais escuros, eles sofrem mais violência e ambos estão corretos. No entanto, essa rivalidade iniciou no século XVIII entre pessoas pretas retintas e pessoas pardas, pois era fundamental para que não ocorresse uma manifestação, então, surgiu a carta de Willie Lynch (1712), assim surge o termo "linchamento", no qual, ele ensinava como o senhor de escravos deveria lidar para que não tenha problema com os seus negros. Na carta cita que:

Verifiquei que entre os escravos existem uma série de diferenças. Eu tiro partido destas diferenças, aumentando-as. Eu uso o medo, a desconfiança e a inveja para mantê-los debaixo do meu controle. Eu vos asseguro que a desconfiança é mais forte que a confiança e a inveja mais forte que a concórdia, respeito ou admiração. Deveis usar os escravos mais velhos contra os escravos mais jovens e os mais jovens contra os mais velhos. Deveis usar os escravos mais escuros contra os mais claros e os mais claros contra os mais escuros. Deveis usar as fêmeas contra os machos e os machos contra as fêmeas. Deveis usar os vossos capatazes para semear a desunião entre os negros, mas é necessário que eles confiem e dependam apenas de nós. Meus senhores, estas ferramentas são a vossa chave para o domínio, usem-nas. Nunca percam uma oportunidade. Se fizerdes intensamente uso delas por um ano, o escravo permanecerá completamente dominado. O escravo depois de doutrinado desta maneira permanecerá nesta mentalidade passando-a de geração em geração". (1712)

Exemplo disso, está representado no filme *Django Livre* (2012) filme dirigido por Tarantino, apresenta um exemplo que representa a carta de Willie Lynch, no qual o escravo Stephen Warren que é um homem negro retinto, mais velho e também é um escravo que faz de tudo para o senhor de escravos, inclusive ameaçar e até dedurar os outros cativos principalmente os mais novos e de pele mais clara como a escrava Broomhilda interpretada pela atriz Kerry Washington.

Como também, na carta de Willie Lynch tinha a comparação entre pretos e cavalos no qual citava que deveria manter o corpo e possuir a mente, quebrando a vontade de resistir. À vista disso, começa um processo de coisificação do negro, que é o processo de

desumanização deste preto em que ele deixa de ser um ser humano para ser apenas uma mercadoria. Logo aqui no Brasil, a cor da pele sempre foi um retrato social.

Na seção seguinte, abordaremos sobre as infâncias das crianças escravizadas e crianças nascidas depois da lei do ventre livre. Questões sobre, o que mudou? Como era o processo de escolarização desses pequenos? e como a lei de 1871 protegia essas crianças.

1.2 Criança escravizada e criança nascida do Ventre Livre

Como relatado no vídeo do youtube como era a infância de uma criança escravizada no segundo reinado, publicado em 12/08/2020 ([Canal História e Tu. Disponível em:< https://youtu.be/0O6_UNSE6dY?si=o8ZkcgYUGTDFOY9F](https://youtu.be/0O6_UNSE6dY?si=o8ZkcgYUGTDFOY9F)), os filhos de escravos que não foram contemplados com a lei do ventre livre, eram privados de uma educação formal, já que precisavam trabalhar desde muito cedo.

Neste segmento, as crianças escravizadas dificilmente chegavam à fase adulta, por conta de doenças, já que viviam em situações insalubres e mínimas condições sanitárias e higiênicas e quando sobreviviam à morte prematura, a maioria perdiam os seus pais, ocasionada pela venda para outros senhores, ou a morte dos pais, já que a estimativa de vida dos escravos eram baixas.

Todavia, deve-se deixar claro como esclarecido por José Flávio Motta (2015) que crianças nascidas após a Lei nº 2.040, que eram denominados ingênuos- termo para intitular os filhos das escravas - nascidos a partir de 28 de setembro de 1871, eram cidadãos considerados livres e sem restrições. Desta maneira, os ingênuos, não podiam ser transacionados, vendidos para outros senhores, uma vez que não eram escravas e também não poderiam ser separadas de suas mães.

Porém, mesmo que fosse assegurado por lei a proibição da separação das crianças com as suas mães, ainda sim acontecia a desobediência no comércio de escravos como aconteceu em Rio Claro exposto no artigo “Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (piracicaba, província de são paulo, (1874-1880)” de José Flávio Motta:

Para 14 das “nossas” crianças, listadas no Quadro 1, apesar de negociadas com outros escravos, não foi possível identificar quaisquer relações familiares com pessoas pertencentes aos respectivos lotes em que se inseriam. Esses grupos de escravos variaram de um mínimo de dois ao máximo de 47. Na grande maioria dessas situações (13 das 14), de modo distinto ao verificado na venda de Sebastiana, não há, ao que parece, nenhuma preocupação do Tabelião e/ou dos contratantes com a necessidade de esclarecer a aparente desobediência ao disposto no § 7 do Artigo 4o da Lei de 28 de setembro de 1871. (MOTTA, 2015 p.300)

Dessa forma, as crianças escravizadas ficavam à mercê de seus senhores, assim, o processo educacional desses pequenos eram baseados no ato de servir: aprender um ofício. Deste modo, como todo sistema educacional, tem uma intencionalidade e a intenção de adestrar essas crianças desde muito cedo tem como fator, a adultização deles e mais mão de obra, pois não era admissível que um escravo não trabalhasse, mesmo que este fosse uma criança.

Logo, as mães dessas crianças como forma de tentar oferecer uma oportunidade aos seus filhos de terem uma educação, deixava seus filhos em abrigos, para que assim tivessem acesso a escolaridade e não ficasse refém aos “cuidados” dos senhores. Por conseguinte, a educação para essa população brasileira tinha como intuito adestrar para que no futuro esses não rebelassem contra o sistema, logo, a educação era mais uma forma de silenciamento para esses indivíduos. Assim, era uma educação limitada e bancária.

No entanto, para os escravos, aprender a ler e a escrever era liberdade. Justificado pois, era um ganho melhor, permitia ascensão e oportunidade de estar em cargos de irmandades religiosas, poderiam facilitar e ajudar com a identificação dos companheiros fugidos e principalmente, poderiam ajudar na falsificação de alforrias.

Na próxima seção a reflexão será sobre a Lei de 1871, Lei do Ventre Livre. Uma lei de grande relevância na história do processo de escolarização das crianças pretas no país, pois foi a partir dela, que as crianças tiveram o direito de frequentar a educação.

1.2.1 Lei do Ventre Livre (1871)

A Lei do Ventre Livre denominada também como Lei Rio Branco foi um marco na história da abolição da escravatura, já que foi a lei que tornou os filhos das escravas nascidos a partir daquele ano livres - os ingênuos. Esta nomenclatura foi causa de muitos debates, pois muitos defendiam que os filhos livres das escravas deveriam ser denominados libertos. Sidney Chalhoub (2003, p.172) na obra “Machado de Assis Historiador”, nos esclarece essa questão com as seguintes palavras :

Assim, filho de ventre livre nascia ingênuo, de ventre escravo nascia escravo. Apelidar o filho livre de mulher escrava de “liberto”, como defendiam vários adversários do projeto, significaria reconhecer que a criança, sendo originária de ventre cativo, nascia escrava, para ser imediatamente libertada. Apelidar “ingênuo” filho de mãe escrava significava encarar a instituição da escravidão como um universo de ficções ou invenções do direito positivo. Por conseguinte, cria-se, por meio de lei, a ficção de que o corpo da escrava é portador de um ventre livre; segundo essa nova ficção, filho de escrava nasce ingênuo. De quebra, confirma-se ainda que ironicamente, a validade da máxima de que a condição da criança é determinada pelo ventre da mãe. (CHALHOUB, 2003, p.172)

Chalhoub revela o quanto essas crianças eram taxadas desde o ventre, como também, deixa em evidência que o Estado nunca teve preocupação e zelo com estes pequenos. Na verdade, a preocupação sempre foi como seria a reação dos senhores de escravos. Ademais, a escolha da nomenclatura, *ingênuo*, é uma justificativa para excluir qualquer argumento sobre a indenização por expropriação da propriedade escrava, como abordado no texto legal segundo Scinio (1997, p.199) citava que:

Livres os filhos da mulher escrava, determinando que ficassem em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais seriam obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de 21 anos ou entrega-los ao Estado, recebendo uma indenização no valor de 600\$00 (seiscentos mil réis), pagos em títulos de renda com juro anual de 6%, os quais se considerariam extintos num prazo de 30 anos. (Apud Natividade, Cunha Junior, 2003, p.18).

Logo, a partir do que foi pontuado por Daise Rosas da Natividade e Henrique Cunha Júnior (2003), percebe-se que ou as crianças ficavam em proteção dos senhores de suas mães, o que acontecia com muita frequência. No caso, as crianças ficarem na responsabilidade do Estado, pois para os senhores, as crianças estarem em suas responsabilidades e não trabalharem era visto como despesa ou gasto e que não iria trazer nenhum lucro ou benefício economicamente para esse senhor.

Quando a criança era entregue ao Estado, não era só responsabilidade de cuidar financeiramente, mas também, destinar os ingênuos para casas de abrigo, exemplo disso, era a Casa dos Expostos, o Asilo de Meninos Desvalidos - 1874- 1894, que funcionou na Corte Imperial e recebeu uma fração de meninos ingênuos para lhes ensinar uma profissão,

segundo a condição social daqueles meninos (SOUZA, 2008). Dessa forma, muitos meninos e meninas na década de 1870 eram entregues às referidas instituições de abrigo incluindo a Santa Casa da Misericórdia. Dessa forma, os proprietários de terra e de gentes escolhiam entregar os “ingênuos” aos cuidados do Estado no lugar de se responsabilizar pelo futuro daquelas crianças, que passam a ter direito à educação pública escolar.

Os ingênuos tinham o direito à educação a partir da Lei de 187, diferentemente, dos escravos. Deve-se deixar claro nesta pesquisa que, não é porque as crianças estavam na incumbência do Estado, quer dizer que tinham acesso a uma educação de qualidade, como Carlos Leôncio de Carvalho argumentava que, a educação não era um ato de humanidade, muito pelo contrário, a educação para essa parcela era para “civilizar”, “disciplinar” aquele contingente populacional que representava perigo para a sociedade e para a imagem do país.

Outro ponto que merece destaque: a justificativa para a educação dos filhos livres das escravas foi, a Teoria Lombrosiana. De que se trata esta teoria? Fundamentada pelo criminologista e médico Cesare Lombroso que concluiu que a partir das características físicas do ser humano, poderia ser explicado seu caráter, biotipo e comportamento. Por conseguinte, as crianças que não tinham as características físicas de acordo com a eugenia lombrosiana, eram consideradas um risco para a sociedade, já que poderiam “contaminar” as “crianças de bem”.

Deve ficar evidente que as crianças que não tinham as características físicas de acordo com Lombroso eram as crianças negras e as crianças de bem eram filhos de burgueses e brancos. Assim, era fundamental salvar essas crianças que não se encaixam na teoria de Lombrosiana para que pudesse também salvar a nação dessa contaminação, dessa forma, era uma forma de justificativa de defesa do Estado para a sociedade.

Dessa forma, na seção seguinte será discutida a insuficiência da lei de 1871, o quanto ela deixou a desejar com as crianças pretas e pardas, principalmente na questão da educação. Como também irá relatar as aberturas que a lei dava para as crianças serem doadas, sendo obrigadas a trabalhar e privando de educação.

1.2.2 A Insuficiência da Lei Ventre Livre

A Lei de 1871 teve muitas falhas que não são exploradas no ensino de história na educação básica e uma das deficiências foi a incompetência do Estado ao se responsabilizar com esses ingênuos, pois de acordo com o texto Lugar dos negros na educação da transição do século XIX ao XX dos autores Daise Rosas da Natividade e Henrique Cunha Ir (2003), dos 400 mil ingênuos registrados até 1885, apenas 118 eram protegidos pelo Estado, dessa forma é perceptível a negligência que o país teve com estas crianças.

Dessa forma, houve várias manifestações para que essa classe de crianças tivessem uma educação, exemplo disso foi, as escolas-orfanatos rurais. De acordo com (Natividade, Cunha Junior, 2003) Um autor desconhecido que ficou conhecido como “Amigo do Brasil”elaborou um projeto intitulado com “Fazenda escola ou Colônia Agrícola” destinados aos ingênuos abandonados, pois assim eles teriam uma instrução e aprenderiam um ofício. Também tinha o Asilo dos Meninos Desvalidos, que abrigava meninos e de 6 a 12 anos com o compromisso de escolarizar esses discentes até os 21 anos de idade.

Portanto, a educação nesta escola era voltada especialmente para o trabalho, já que apenas o trabalho poderia salvar essas crianças que eram marcadas pela cor da pele da marginalização. Neste sentido, deve ficar esclarecido nesta pesquisa que, as escolas públicas que se localizavam nos centros das cidades, não eram destinadas aos desvalidos, pelo contrário, essas escolas presentes nos centros era voltada para as crianças brancas pobres. Segundo Natividade, Cunha Junior, (2003, p.21):

De fato, a Escola Pública atendia uma população majoritariamente branca, embora pobre, enquanto aos negros era proposta a Escola Agrícola. A idéia de formação profissional, utilização de mão-de-obra barata e forte no campo, ainda permanece associada às populações negras, caracterizando as diferenciações existentes nos espaços destinados ao "espaço do letramento" x "espaço do labor"(Natividade, Cunha Junior, 2003, p.21).

As escolas que atendiam os ingênuos eram escolas presentes nos lugares mais afastados e no campo voltado para o ensino do trabalho e ensino agrícola, assim apresentando uma diferenciação das escolas, pois uma tinha a política de letramento e a outra tinha uma política de labor.

CAPÍTULO 2

2.1 Experiências das crianças pardas e pretas no processo de escolarização

A pesquisa de Silva (2000) nos esclarece que a parcela das crianças negras e pardas livres tiveram acesso à escolaridade mesmo que de forma restrita, ainda que diferente da educação das crianças brancas: objetivo formar força de trabalho segundo sua condição social de desvalidas. Dessa forma, era necessário instruir essa classe desfavorecida da população brasileira, denominada povo, para se tornar “cidadãos de bem”.

No entanto, Silva (2000) demonstra em sua pesquisa que as crianças pretas e pardas não eram bem vindas nas escolas públicas, pois, os pais das crianças brancas não aceitavam que seus filhos estivessem no mesmo ambiente que os meninos de cor, por causarem “arruaças”. Como nas escolas públicas as crianças pretas e pardas eram discriminadas e segregadas causadas pelos alunos brancos, professores brancos e os pais dessas crianças, para eles a escola não era um lugar pertencente para as crianças negras e que o fato das crianças negras estarem na escola, a qualidade diminui e se torna um ambiente mal frequentado.

Isso acontece até mesmo nos dias atuais, em que muitos pais preferem matricular seus filhos em uma escola particular, mesmo essa instituição não sendo tão qualificada, apenas para que seus filhos não se “misturem” com o público da escola pública que é majoritariamente preto

Por conseguinte, como nas escolas públicas a educação era direcionada para o trabalho e moralidade, logo, os pais livres buscavam por escolas particulares, neste sentido, a presença de crianças pretas e pardas nas escolas como também professos pretos demonstra os conflitos que ocorriam entre os diferentes grupos raciais nos espaços escolares.

Moacyr (1936: 189) relata que o que os meninos deveriam aprender, assim, o projeto aprovado sobre a escola das primeiras letras a educação era voltada para o ensino de:

ler, escrever, as quatro operações de aritmética, decimais e proporções, as noções mais gerais da geometria prática, a gramática da língua nacional, como também o ensino dos princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana. Nota-se a falta de aulas que afluam o senso crítico do indivíduo como história, filosofia, sociologia e ciências, se resumindo apenas às aulas de português e matemática. (Apud Silva, 2000, p.73)

Já nas escolas para as meninas tinham basicamente os mesmos conteúdos, só diferenciava pelos saberes direcionados ao aprendizado de trabalhos normalmente

praticada por homens e incluía saberes caracteristicamente praticados por mulheres, como as prendas domésticas.

Na próxima seção a abordagem é sobre os professores pretos presentes no século XIX que foram exemplos de resistência e esperança no processo de escolarização dos meninos pretos e pardos, como também adultos no Brasil. Nesta seção revela que desde o século XIX mesmo que uma parcela pequena já apresentava professores pretos na educação.

2.2 Professores negros

A falta de acolhimento e afetividade dos professores brancos da escola pública com os alunos pretos e pardos afetam o aprendizado deles, como também a segregação e a constante repreensão, logo, inicia-se um movimento de escolas particulares exclusivas para crianças pretas e pardas.

No século XIX havia poucos professores negros, logicamente, pois eram poucos indivíduos negros que tinham acesso a escolaridade. No entanto, havia alguns espalhados pelo Brasil em que davam aulas particulares para as crianças e até mesmo adultos. O que acarretou a manifestação desses professores pretos foi pela pressão dos pais dessas crianças, já que nas escolas seus filhos eram discriminados tanto pelos professores, quanto pelas crianças brancas, logo, impactava diretamente no processo de aprendizagem dos alunos pretos.

Exemplo desses professores eram Agostinho, Pretextato Passos da Silva, Joaquim da Silva e Domiciano Rodrigues Viana. Como exposto, são poucos professores pretos que são relatados nas pesquisas, por conta da falta de registros, falta de representatividade, além de que para que pretos pudessem lecionar era necessário outros requisitos, no qual, professores brancos não precisavam passar por essas exigências.

Outros professores negros que participaram dessa luta pela educação das crianças pretas e pardas, fica como exemplo a professora preta Maria Firmina dos Reis. Portanto, foram muitos professores principalmente pretos e pretas que participaram e lutaram pela educação dessas crianças, já que o Estado não dava a devida atenção e prioridade ao processo escolar desses educandos.

Em primeiro lugar, de acordo com Adriana Maria Paula da Silva (2000), Agostinho era um pastor que alfabetizava os fiéis de sua igreja. O processo de alfabetização utilizado pelo professor foi através de uma cartilha politizada que reconta a bíblia, mas com um ponto de vista, na perspectiva dos escravos, à vista disso, seu modo de educar era muito além de apenas educar, era um instrumento de lutar e resistir. Logo, os alunos de Agostinho não ficavam restritos apenas às crianças pretas, mas também, os pais dessas crianças, adultos e idosos.

Logo, os métodos de Agostinho eram de forma confessional, a partir do estudo bíblico, porém não deixar a desejar na formação crítica dos alunos, como também, o professor se preocupava em conscientizar os seus alunos sobre suas realidades, revelando a

importância da educação para os educando para que assim fizesse sentido para eles, se sintam pertencentes e que são sujeitos de direitos.

Já Pretextato dos Passos e Silva foi outro professor que teve grande impacto na educação das crianças pretas no século XIX. Pretextato, foi um professor que foi convocado pelos pais para escolarizar seus filhos, já que na escola pública seus filhos eram discriminados pelas crianças brancas e professores. Sua escola particular era localizada em sua casa e as crianças que frequentavam eram filhos de escravos e libertos, logo, os pais dessas crianças realizam inúmeros abaixo-assinados para que a escola do docente fosse oficializada (SILVA, 2000).

O Estado tinha que aprovar a capacidade e moralidade dos professores, portanto, nos abaixo-assinados era exposto pelos pais atributos pessoais do professor e minimizou a profundidade daquilo que era ensinado de fato em suas aulas. Consequentemente, relatava sobre a conduta, sua boa reputação e a especificidade do público discente.

Deve-se deixar evidente que, a escola para meninos pretos e pardos inaugurada no dia 8 de abril de 1853 começou de forma filantrópica, não de maneira comercial e ensinava muito além do que “aprender um ofício”, que era o exigido ensinar em tal época, no entanto, Pretextato foi muito além do que a sociedade escravista exigia que os meninos pretos e pardos aprendesse, como exposto por Adriana Maria P. da Silva em sua obra, *Aprender com Perfeição e sem Coação: Uma escola para meninos pretos e pardos na corte:*

Pretextato procurou esclarecer, para além dos conteúdos que pretendia ensinar, um diferencial do seu trabalho em relação às trajetórias dos meninos: ele os tratava com carinho e desvelo. Creio que ele se tenha querido mostrar que agia filantropicamente, direcionando seu “simplório” magistério a um grupo de indivíduos reconhecidos “inferiores”, e que, além de não pretender concorrer com os demais professores particulares - como demonstrava o atestado obtido junto ao professor João - não causava nenhum ônus ao governo” (SILVA, 2000, p. 124).

O Professor Pretextato também especificava que não se limitava a ensinar apenas meninos de cor preta, mas também, meninos de cor parda, pois, eram crianças assim como as pretas também excluídas e negadas ao direito à educação, logo, havia uma forma de diferenciar, por conta de suas vivências diferentes, realidades diferentes e experiências diferentes.

Desse modo, por sede dos pais que os filhos tivessem instrução, conhecimento de seus direitos e mudem de realidade, como também, a presença de professores pretos com desejo de fazer a diferença em um período de repressão foi um ato de coragem e de resistência que foi e é muito significativo até nos dias atuais.

Segundo este pensamento, percebe-se que o Estado não garantia os direitos desses pequenos, já que fica como incumbência de professores trabalharem voluntariamente, ou até de forma privada, sem apoio do país, por conseguinte, questiono assim como Daise Rosas da Natividade e Henrique Cunha Jr (2003) à seguinte pergunta: Qual foi a posição do Estado, em face da necessidade de escolarização da população negra na transição entre o escravismo e o capitalismo?

A partir desse cenário, a escolaridade das crianças pretas e pardas diante da escola pública no século XIX tinha como prioridade formar força de trabalho, para ter mão de obra para as novas formas de trabalho que estavam surgindo do capitalismo. Como também, as instituições públicas passam a atender esse público, mas enfatizando a ideia de que esses discentes eram problemáticos e perigosos, assim devendo ser “civilizados” a partir da escola.

2.3 Presença de crianças pretas e pardas nos asilos

Com a lei do Ventre livre (1871) as mães escravas como forma de oportunizar uma educação para seus filhos livres, deixavam seus pequenos nos asilos, para que eles pudessem frequentar escolas, já que se eles continuassem aos cuidados dos senhores, seus filhos não teriam acesso a escolarização.

Dito isso, um dos asilos mais conhecidos era o Asilo dos Meninos Desvalidos, inaugurado em 14 de março de 1875 na cidade do Rio de Janeiro pelo conselheiro e ministro João Alfredo Correia d'Oliveira, inicialmente já estavam matriculados 13 meninos. As principais competências do asilo eram, abrigo, instrução e profissionalização, integral, como também, a instituição tinha um caráter assistencialista.

É saliente informar que o Asilo dos Menino Desvalidos tinha como prioridade abrigar, educar, profissionalizar, por meio de assistência social escolar, meninos desvalidos, incluindo nesse grupo populacional os ingênuos. Como informado por Maria Zélia Maia de Souza (2013, p.21):

Cabe ressaltar que o Asilo de Meninos Desvalidos, a partir de 1894, a fim de dar mais ênfase à dimensão da profissionalização, passou a ser administrado, exclusivamente, pela Diretoria de Instrução Pública, quando se tornou Instituto Profissional. Em 1898, foi nomeado Instituto Profissional Masculino, com o intuito de se distinguir do Instituto Profissional Feminino da mesma cidade.(DE MAIA 2013, p.21)

Dessa maneira, a educação desses meninos que eram majoritariamente pretos e pardos que estavam presentes nos asilos era voltada exclusivamente para o ofício, logo, a instrução era limitada à condição social de desvalimento da criança; Princípios como ser um cidadão útil a si e a sua pátria foram marcas constantes nos argumentos de autoridades constituídas que defendiam essa modalidade de educação. Outro argumento apoiava-se no trabalho como uma redenção para eles, como citado por OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 185

convertidos numa grande casa de trabalho, cujos produtos darão para a maior parte de suas despesas. Os meninos desde logo ficam sabendo que o trabalho é uma redenção, pois por meio dele se educam e conquistam posições na sociedade (apud DE SOUZA 2013, p.40)

Logo, o trabalho era a única oportunidade desses meninos de mudarem suas realidades. Assim era dividido de forma complementar, trabalho e educação: o trabalho era no turno diurno e a instrução dos conhecimentos técnicos era no turno da noite. Algo que deve ser importante ser enfatizado neste estudo é que permitiam os alunos escolherem suas áreas de atuação, mas ressalta que essa escolha deveria oferecer benefícios às indústrias.

O Estado também tinha grande participação nesse processo de amor dos alunos pelo labor. Segundo Maia (2013, p.44):

A participação do Estado em busca de soluções pedagógicas para as crianças pobres, prevista na reforma de 1854, estabeleceu a instrução primária associada ao ensino de ofícios em estabelecimentos que conjugassem as funções de asilo e de escola primária de ensino profissional.(DE SOUZA 2013, p.44)

Como também foi citado por Alessandra Frota M. de Schueler (1999, p. 20).

manifestava a intenção de promover a educação e, desse modo, interferir no cotidiano das famílias populares. Educar, no sentido de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio da alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base - fim da escravidão - quanto em relação à grande complexidade social (apud DE SOUZA 2013, p. 78)

Por conseguinte, o Estado teve grande participação na instrução voltada para o trabalho, no qual o ensino dos meninos pretos e pardos tinham como prioridade o ensino de comportamentos no trabalho e moralidade, deixando a desejar o ensino da criticidade, transformadora, filosófica, questionadora como defendida pelo professor Pretextato na seção anterior. Logo é visível a diferença de educação ofertada pelo Estado e o que queriam passar para esses meninos, com a educação oferecida nas escolas particulares exclusivas para as crianças pretas e pardas.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa o foco principal é a escolarização dos meninos, já que escolarização das meninas era mais direcionado para os requisitos domésticos, logo, o maior campo de pesquisa encontrado foi a escolarização das crianças do sexo masculino.

Por conseguinte, percebe-se o quanto a escolarização das crianças pretas no Brasil no século XIX era defasada. O Estado como explicitado nas seções anteriores, tinha como prioridade em formar força de trabalho, desconsiderando o ensino da criticidade, filosofia, a história como realmente é, com esse histórico a educação brasileira que foi construída a partir do tecnicismo e educação bancária repercutiu até mesmo na contemporaneidade. Segundo autores Daise Rosas da Natividade e Henrique Cunha Jr (2003, p.24):

o aprisionamento do público infanto-juvenil e a determinação do "espaço do labor" em detrimento do "espaço da educação", minimizando a oportunidade do acesso à escola ao longo desses anos. Evidenciamos as correlações étnicas deste sistema na sua relação com abolição do escravismo criminoso e das visões das elites sobre o trabalho e a infância dos descendentes de escravizados. (Natividade, Cunha, 2003, p. 24)

Dessa forma, desigualdade educacional, já está presente desde o século XIX que, a classe que tem acesso às universidades, são as pessoas da classe dominante, portanto, existe uma discriminação racial e desigualdade educacional que impacta e interfere diretamente na ascensão das pessoas pretas. A falta de abordagem da cultura, filosofia, conhecimentos e saberes da cultura afro-brasileira só revela o quanto, ainda não é visto como prioridade a valorização da cultura preta e conseqüentemente, fazer com que os alunos pretos se sentem pertencentes ao ambiente escolar. Pesquisar sobre a escolarização pretas e pardas é compreender como foi também o meu processo de escolarização, sobre o que deixou de ser passado na escola, quantos saberes, filosofias, culturas poderia ter adquirido ainda na minha educação básica, logo esta pesquisa foi essencial para o meu processo de formação e como vou realizar um trabalho anti-racista para os meus alunos. Com isso mencionado, para que seja realizado um trabalho educacional de forma anti-racista, é necessário conhecer a história e seus processos, do quanto este povo lutou e ainda luta por oportunidades não superiores, mas sim, igualitárias.

Em um momento de grande discriminação uma pessoa negra letrada e escolarizada era um ato de resistência. Assim como Bell Hooks cita em seu livro *Irmãs do Inthame* (2023, p.88):

Quando as estruturas de dominação identificam um grupo de pessoas (da mesma forma que a ideologia racista faz com as pessoas negras nesta sociedade) como ‘mentalmente’ inferiores, implicando que elas teriam mais ‘corpo’ que mente, não é de surpreender que haja pouca preocupação

social com os cuidados de saúde mental desse grupo. De fato, ao perpetuar e sustentar a dominação, a sociedade investe, por assim dizer, na enfermidade mental de determinados grupos, para oprimi-los com mais eficiência. (Hooks, 2023, p.88)

Portanto, oferecer educação de qualidade para esses grupos raciais nunca foi uma prioridade para os grupos dominantes, muito pelo contrário, o maior objetivo era dominar, oprimir, silenciar e discriminar. O direito à educação, saúde, vida, lazer, não foi feito pela classe dominante para abranger pessoas negras. Mas ainda sim, a população luta, resiste, educa e é feliz sendo o maior grito de liberdade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José d'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Editora Vozes, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. Editora Companhia das Letras, 2003.
- COMO ERA A INFÂNCIA de uma criança escravizada no segundo reinado. 12 ago. 2020. (3: 12). Publicado pelo Canal História e Tu. Disponível em:< https://youtu.be/0O6_UNSE6dY?si=o8ZkcgYUGTDFOY9F> Acesso em 12 set. 2023.**
- DA SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte**. Editora Plano, 2000.
- DE SOUZA, Maria Zelia Maia. **Educar o jovem para ser útil à si e à sua Pátria: a assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 1932)**. 2013.
- FONSECA, Marcus Vinicius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- HOOKS, Bell. **Irmãs do Inhamé: Mulheres Negras e Autorrecuperação**. Editora WMF, 2023.
- LIMA, Lana Lange, VENÂNCIO, Renato Pinto. **Os Órfãos da Lei: abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871**. Rio de Janeiro: Estudos AfroAsiáticos: RJ, CEEA (15). 1988.
- LYNCH, Guilherme. **A carta de Willie Lynch e a confecção de um escravo**. Ravenio Livros, 2018
- MOTTA, José Flávio. **Crianças no apogeu do tráfico interno de escravos (Piracicaba Província de São Paulo, 1874-1880)**. **História econômica & história de empresas**, v.18, n.2, 2015
- NATIVIDADE, Daise Rosas da; CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. **Lugar dos negros na educação—da transição do século XIX ao XX**. 2003.
- OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- ONOFRE, Joelson Alves. "Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista." *Práxis Educacional* 4.4 (2008): 103-122.
- PORTELA, Daniela Fagundes. **Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)**. Paco Editorial, 2016.

RIZZINI, Irene.(1995) A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. 1995.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 03 de julho de 2023.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. **Educação em Revista**, v. 26, p. 263-286, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 502-516, 2008.